



Poços de Caldas

3º Congresso Nacional de Educação

Eixo Temático: Sistemas de Educação e Políticas Públicas

Apresentação: Resultado de Pesquisa

MANUAL DE DIRETRIZES E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DAS SECRETARIAS ESCOLARES PARA A INCLUSÃO DO PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: O PRODUTO DE UMA PESQUISA

MARTINS, Ana Lucia Simões dos Santos

DELOU, Cristina Maria Carvalho

RESUMO

A Inclusão Escolar é um processo que exige a participação de todos os profissionais de Educação e, nesse sentido, este trabalho apresenta resultados de uma pesquisa realizada em curso de Pós-Graduação Stricto Sensu, no Programa de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão, concluído no ano de 2018. Os estudos compreenderam ações administrativas realizadas pelas Secretarias Escolares, em instituições públicas e privadas, com vistas ao atendimento aos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação. O produto final da pesquisa consistiu no *Manual de Diretrizes e Procedimentos Administrativos das Secretarias Escolares para a Inclusão do Público-Alvo da Educação Especial*, que foi validado por profissionais de Secretarias Escolares e publicado no Portal eduCAPES em formato E-book.

INTRODUÇÃO

O atendimento escolar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação compreende a organização das ações pedagógicas e administrativas e deve contar com todos os profissionais de Educação.

Ao se entrelaçar o processo de inclusão e a gestão administrativa nas escolas, destaca-se a importância do papel do diretor e do envolvimento de vários profissionais de educação no âmbito do trabalho administrativo, para que o Ensino Inclusivo possa ocorrer (STAINBACK & STAINBACK, 1999).

Nesse cenário, a pesquisa se desenvolveu no curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão, do Instituto de Biologia, na Universidade Federal Fluminense, e objetivou, de forma geral, caracterizar o trabalho das Secretarias Escolares no processo de inclusão.

A Secretaria de uma Unidade Escolar representa “o domínio responsável pela escrituração das ações realizadas em uma instituição de ensino, ou seja, tem o compromisso de formalizar os atos administrativos e decisórios que ocorrem dentro de uma Escola” (MARTINS, 2018).

Sob essa ótica, entre os anos 2017 e 2018, foram desenvolvidos estudos para evidenciar o trabalho das Secretarias Escolares, em instituições públicas e privadas do município de São Gonçalo, especificamente em âmbito das Políticas Públicas para a Educação Especial, que é expressa pela Lei nº 9394 como uma modalidade da educação presente em todos os níveis de ensino, estendendo-se por toda a vida do educando (BRASIL, 1996).

Foram traçados objetivos específicos como a identificação de atos legais acerca da Educação Especial, a definição do trabalho do Secretário Escolar e a relação entre as escolas públicas e privadas e seus Sistemas de Ensino. A Lei nº 9394, de 1996 prevê que os Sistemas



Poços de Caldas

3º Congresso Nacional de Educação

Municipais de Ensino compreendem as unidades públicas mantidas pelo Poder Público Municipal, bem como as instituições privadas que ofertam a Educação Infantil (BRASIL, 1996).

Já a Lei nº 4528, de 2005, preceitua que o Sistema de Ensino do Estado do Rio de Janeiro é composto pelas unidades mantidas pelo Poder Público Estadual, pelas unidades privadas que oferecem o Ensino Fundamental e/ou o Ensino Médio, e outros órgãos (RIO DE JANEIRO, 2005). Assim, as instituições escolares devem acompanhar as diretrizes legais propostas pelos Sistemas.

A pesquisa originou a defesa, em dezembro de 2018, da dissertação de mestrado intitulada *DA PRÁTICA À FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO INCLUSIVO: Manual de Diretrizes e Procedimentos Administrativos das Secretarias Escolares para a Inclusão do Público-alvo da Educação Especial*. O Manual foi integrado no formato E-book, com ISBN 978-85-69879-32-9, publicado no Portal eduCAPES e apresentou as seguintes ações: Projeto Político Pedagógico, Organização Escolar, Desempenho Escolar, Acessibilidade nos Espaços Físicos da Escola, Acessibilidade na Comunicação e a Sinalização, Caracterização do Atendimento Educacional Especializado – AEE, Identificação de Alunos para o AEE, Profissionais para o AEE, Matrícula, Matrícula na Turma de Escolarização, Matrícula no AEE, Classes Especializadas, Flexibilização de Currículo, Enriquecimento de Currículo, Aceleração de Estudos, Terminalidade Específica e Censo Escolar da Educação Básica.

METODOLOGIA

A pesquisa compreendeu investigação bibliográfica sobre o trabalho das Secretarias Escolares e o atendimento educacional às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, além de um estudo documental em âmbito nacional, estadual – Rio de Janeiro – e municipal – São Gonçalo. Evidenciaram-se os atos jurídicos apresentados por Gil (2008) como “documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico” (GIL, 2008).

Foi elaborado o Manual de Diretrizes e Procedimentos Administrativos das Secretarias Escolares para a Inclusão do Público-alvo da Educação Especial e avaliado por profissionais – Secretários Escolares e Auxiliares de Secretaria – durante a participação na *Oficina para Secretários Escolares: Administrando a Educação Especial e Inclusiva em São Gonçalo*, sendo adotado um Formulário Google para a inscrição. A identificação dos participantes compreendeu dados sobre a função, faixa etária, nível de escolaridade, abrangência da escola – pública ou privada – e o Sistema de Ensino ao qual a escola pertencia.

Com a aceitação nos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido, os participantes executaram Pré-teste e Pós-teste com dezenove afirmativas sobre ações escolares. Para cada uma das ações, o participante sinalizou a existência ou não de previsão legal para a sua realização.

Elaborou-se um estudo quantitativo das respostas obtidas nas questões relacionadas à identificação dos participantes e da relação entre o número de acertos no Pré e no Pós-testes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na caracterização dos participantes, dez dentre os dezessete compreendiam a média de 31 a 50 anos de idade. Já em nível de escolaridade, a máxima compreendeu os Graduados, seguidos de um empate entre os profissionais com Pós-Graduação e com Curso Técnico em



Poços de Caldas

3º Congresso Nacional de Educação

Secretariado Escolar. Observou-se também que treze atuavam como Secretários e quatro como Auxiliares de Secretaria, garantindo que a validação do produto fosse realizada, em sua totalidade, por funcionários de atividades administrativas.

Houve a participação de funcionários de nove escolas privadas e oito públicas. Dentre todas, sete compreendiam o Sistema Estadual e dez, o Sistema Municipal. Merece destaque o entendimento de que Unidades Privadas que ofertam a etapa Educação Infantil compõem o Sistema Municipal. Já, as Escolas, de iniciativa privada, que atuam com o Ensino Fundamental e/ou o Ensino Médio compreendem o Sistema Estadual.

Quanto às respostas das dezenove questões sobre ações escolares, as análises quantitativas registraram um incremento de acertos do Pré-teste para o Pós-teste em dezesseis itens. Já a questão sobre acessibilidade em infraestrutura obteve resultado correto por todos os envolvidos tanto no teste inicial quanto no final, o que representa a conscientização efetiva das escolas para a disponibilização de espaços acessíveis.

A questão final apresentou todas as respostas favoráveis, validando o *Manual* como instrumento de auxílio aos profissionais das Secretarias.

CONCLUSÃO

A pesquisa proporcionou o entendimento do trabalho administrativo realizado pelas Secretarias Escolares, com vistas à inclusão do público-alvo da Educação Especial. Ademais, foi evidenciada a essencialidade de o Secretário Escolar atuar em consonância com os atos legais e transmitir tais informações para outros profissionais de Educação envolvidos no processo escolar.

Esta apresentação de resultados de pesquisa oportuniza a disseminação do conhecimento sobre as funções da Secretário Escolar e o seu compromisso no processo de inclusão e permanência de indivíduos nas Escolas, de acordo com especificidades de cada um.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1996.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTINS, Ana Lucia Simões dos Santos. **Da Prática à Formalização do Processo Inclusivo: Manual de Diretrizes e Procedimentos Administrativos das Secretarias Escolares para a Inclusão do Público-alvo da Educação Especial**. Niterói, 2018. 122 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão) - Instituto de Biologia, UFF, Niterói. RJ. 2018.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 4.528, de 28 de março de 2005. **Estabelece as Diretrizes para a organização do Sistema de Ensino do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ, 2005.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William (organizadores). *Inclusão: Um guia para educadores*. Porto Alegre; ARTMED, 1999.